



**CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI Nº 4252/1993</b>		
Ementa <b>ALTERA A LEI 2.027/73, PARA REDUZIR E PERMITIR PARCELAMENTO DO PREÇO DA PERMISSÃO PARA SERVIÇO DE TÁXI.</b>		
Data da Norma <b>03/11/1993</b>	Data de Publicação <b>12/11/1993</b>	Veículo de Publicação <b>Imprensa Oficial do Município-</b>
Matéria Legislativa <b><u>Projeto de Lei nº 6050/1993</u> - Autoria: Prefeito Municipal</b>		
Status de Vigência <b>Revogada</b>		
Observações <b>TRANSPORTES E TRÂNSITO - táxis</b> <b>Autor: ANDRÉ BENASSI (PREFEITO MUNICIPAL)</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b> 25/08/2003	<b>Norma Relacionada</b> <a href="#"><u>Lei nº 6109/2003</u></a>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b> Revogada por



LEI Nº 4252, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1.993

Altera a Lei 2.027/73, para reduzir e permitir parcelamento do preço da permissão para serviço de táxi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 26 de outubro de 1.993, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 15 da Lei nº 2.027, de 23 de novembro de 1973, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 15 - Os permissionários dos serviços de táxi estão sujeitos ao pagamento das seguintes taxas:

a) alvará inicial, quando da abertura de novos pontos - 3 - Unidades de Valor Fiscal do Município-UFM;

b) alvará de estacionamento (renovação) 0,5 (zero vírgula - cinco) Unidade de Valor Fiscal do Município-UFM;

c) alvará de estacionamento (transferência de permissionário) - 3 Unidades de Valor Fiscal do Município-UFM;

d) alvará de estacionamento (transferência de ponto determinado "ex-officio") - isento.

§ 1º - Os valores constantes das alíneas "a" e "c" do "caput" deste artigo poderão ser parcelados em até 3 (três) vezes, mediante requerimento do interessado e autorização expressa do Secretário Municipal de Transportes.

§ 2º - A renovação do alvará de estacionamento deverá ser solicitada anualmente, até 31 de março, através de requerimento instruído com:

- a) Atestado de antecedentes; e
- b) Carteira de Saúde."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-

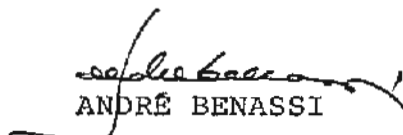


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ  
-Lei nº 4252/93-


Lei 4252/1993  
Fol. 38  
Proc. 4693

-fls.2-

ção, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 3.711, de 16 de abril de 1991.

  
ANDRÉ BENASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiá, aos três dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três.

  
MARIA APARECIDA RODRIGUES MAZZOLA  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos

mgpf.